



## **POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA ALFABETIZAÇÃO: EM BUSCA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**

Edson Vieira da Silva <sup>1</sup>

### **RESUMO**

A Educação atualmente enfrenta incertezas sobre o rumo de políticas públicas. Neste sentido, o tema desta pesquisa é formação docente continuada na alfabetização sob a perspectiva de política pública educacional. O objetivo geral é compreender a formação docente continuada na alfabetização como política pública no contexto da busca pela qualidade da Educação. A justificativa para a realização deste estudo encontra-se na necessidade de formação docente continuada como estratégia para melhorar a qualidade da Educação. Além disso, garantir a formação de professores ao longo da carreira é uma ação de gestão pública cada vez mais importante devido às constantes transformações na Educação. A fundamentação teórica do estudo reúne conceitos de política pública, política pública educacional, formação docente continuada e qualidade da Educação. Para desenvolver esta pesquisa, utilizou-se uma abordagem metodológica com aspectos qualitativos, características exploratórias e cunho bibliográfico. Esta pesquisa baseou-se em livros, artigos científicos e materiais de orientação sobre políticas públicas de formação docente continuada. O estudo permitiu compreender a importância da formação continuada de professores para garantir a alfabetização e o letramento de estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o desenvolvimento de competências previstas na Base Nacional Comum Curricular e a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas. Considera-se que políticas públicas de formação docente continuada favorecem a efetivação do direito à aprendizagem com qualidade. Além de oferecer conteúdos teóricos, essas políticas devem favorecer a construção de um repertório de ações docentes contextualizadas e significativas.

**Palavras-chave:** Educação, Formação Docente, Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A alfabetização tem sido um dos maiores desafios do Governo Federal. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem pautado estratégias para viabilizar o ensino-aprendizagem na fase inicial dos estudos, com o objetivo de formar alunos com capacidade de ler e escrever com autonomia. A alfabetização é uma etapa onde o discente aprende e domina os códigos do sistema de escrita alfabética. É esse processo que permite o desenvolvimento da capacidade de corresponder letras e sons, fazendo com que o aluno consiga juntar as letras formando sílabas e depois palavras (VAL, 2006).

Diante de resultados da alfabetização nos últimos anos, surgiram questionamentos referentes à evolução educacional dos alunos. Desperta a atenção o fato de que muitos

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidad de la Empresa – UDE, edsonvieira74@outlook.com



estudantes chegam aos Anos Finais do Ensino Fundamental sem terem sido alfabetizados. As Políticas Públicas visam oferecer ações diferenciadas em benefício da sociedade. Partindo desse pressuposto, pautou-se na educação a formação docente continuada no contexto da alfabetização. Essa estratégia de formação continuada para os docentes deve apresentar uma visão ampla de ensino, onde todo aprendizado e experiência que já existe será aperfeiçoado para promover a capacitação dos professores alfabetizadores (MARIN, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prenuncia que o discente deve ter a habilidade de ler e escrever, reconhecendo já alguns gêneros literários até o final do 2º Ano do Ensino Fundamental. A legislação que envolve a BNCC suscita vários questionamentos e preocupações nos docentes, que se deparam diariamente com alunos de diversos perfis. Sabe-se que as metodologias de ensino desenvolvidas em sala de aula não são eficazes para todos os discentes, demandando do professor a criação de estratégias diferentes para oferecer aos alunos diversas oportunidades de aprendizagem. A partir disso, a formação docente continuada no contexto da alfabetização compreende também a reflexão e atualização das metodologias já empregadas em sala de aula (RODRIGUES, 2004).

O governo busca aperfeiçoar o sistema educacional, porém sem realizar profundas mudanças. Docentes formados nos anos anteriores a 2017 questionam a formação continuada e defendem a metodologia freiriana, segundo a qual a alfabetização deve estar interligada com o meio social em que o discente vive. Esse modelo de trabalho docente gera a possibilidade de formar indivíduos críticos, que serão capazes de promover ações de mudança na sociedade (PERTUZATTI; DICKMAN, 2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem por objetivo alcançar a pontuação dos países desenvolvidos (6,0) até 2022. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aplica exames nas escolas para monitorar o desempenho dos alunos. Os dados colhidos pelo INEP são, assim, de grande importância para criação e aplicação de políticas públicas educacionais.

O objetivo geral deste artigo é compreender a formação docente continuada como política pública de alfabetização no contexto da busca pela qualidade da Educação. A justificativa para a realização deste estudo encontra-se na necessidade de formação docente continuada como estratégia para melhorar a qualidade da Educação. Além disso, garantir a formação de professores ao longo da carreira é uma ação de gestão pública cada vez mais importante devido às constantes transformações na Educação.



A fundamentação teórica do estudo reúne conceitos de política pública, política pública educacional, formação docente continuada e qualidade da Educação. Para desenvolver esta pesquisa, utilizou-se uma abordagem metodológica com aspectos qualitativos, características exploratórias e cunho bibliográfico. Esta pesquisa baseou-se em livros, artigos científicos e materiais de orientação sobre políticas públicas de formação docente continuada.

O estudo permitiu compreender a importância da formação continuada de professores para garantir a alfabetização e o letramento de estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A formação continuada pode contribuir, então, para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC e a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas. Considera-se que políticas públicas de formação docente continuada favorecem a efetivação do direito discente à aprendizagem com qualidade. Além de oferecer apenas conteúdos teóricos, essas políticas devem favorecer a construção de um repertório de ações contextualizadas e significativas.

## **METODOLOGIA**

Para desenvolver esta pesquisa, utilizou-se uma abordagem metodológica com aspectos qualitativos, características exploratórias e cunho bibliográfico. Segundo Marconi e Lakatos (2000), estudos qualitativos concentram-se na busca pela interpretação e produção de sentidos para o problema em um contexto específico. Exige-se, portanto, esforço cognitivo para estabelecer relações entre ideias sobre o tema.

Já as pesquisas exploratórias, segundo Marconi e Lakatos (2000), permitem conhecer temas pouco estudados no ambiente acadêmico-científico ou pouco conhecidos pelo pesquisador. Estudos exploratórios também são úteis em fases iniciais de pesquisas maiores, pois ampliam a compreensão de detalhes que envolvem o problema.

Para Marconi e Lakatos (2000), pesquisas bibliográficas baseiam-se em obras publicadas sobre o tema. Elas permitem conhecer o objeto de estudo sem a interação direta com ele no contexto. Outra vantagem é a possibilidade de selecionar as obras mais adequadas dentre um universo de estudos já validados cientificamente.

Esta pesquisa baseou-se em livros, artigos científicos e materiais de orientação sobre políticas públicas de formação docente continuada. As informações presentes no estudo abordam conhecimentos já validados por outras pesquisas, constituindo-se como base científica



para elaboração de considerações concretas sobre o assunto abordado nesta pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2000).

## REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade vê a política brasileira como algo burocrático. Essa visão demanda o papel ativo do povo na busca da efetivação dos direitos sociais, sendo a educação um desses direitos. Na Constituição Brasileira vigente, todos têm o direito a uma educação de qualidade. Nesse sentido, Bobbio (2004) destaca que o direito transpõe normas e obrigações. Partindo dessa ideia, a Política Pública tem por obrigação visualizar as necessidades do povo, de forma geral, e elaborar ações em benefício da sociedade. O direito à educação é considerado um dos mais importantes, pois, segundo Przetacnik (1985) apud Monteiro (2003), ele é indispensável para a vida humana.

O direito à educação é o mais importante, com a única exceção do direito à vida, fonte de todos os direitos do homem. O direito à educação é uma condição prévia ao verdadeiro gozo de quase todos os direitos do homem por uma pessoa individual. Este direito é uma pedra angular de todos os direitos do homem, pois, se uma pessoa não é corretamente educada, ele ou ela é incapaz de gozar verdadeiramente os outros direitos do homem. Em consequência, a realização do direito à educação é a tarefa mais elevada que se impõe, tanto a cada indivíduo como ao Estado em que esse indivíduo vive. (PRZETACNIK, 1985, p. 257 apud MONTEIRO, 2003, p. 766).

As Políticas Públicas devem ter por finalidade alcançar a todos. As atividades voltadas para a educação não devem atingir somente crianças e adolescentes, mas também os adultos. As ações, projetos e atividades promovidas pelas Políticas Públicas Educacionais devem priorizar o objetivo de oferecer oportunidades para todos, independentemente de fatores culturais ou econômicos, baseando-se numa cidadania de qualidade (GIRON, 2008).

Tratando-se de Política Pública Educacional, na década de 90 o Programa de Educação para Todos foi instuído com o objetivo de levar ao máximo de pessoas uma educação de qualidade. Segundo Melo (2003), foi uma ação em prol da diminuição da pobreza, viabilizando levar aos indivíduos de renda baixa o acesso à educação, para que futuramente essas pessoas fossem profissionais capacitados.

A BNCC é uma ideia continuada a partir do Programa de Educação para Todos, pois também viabiliza fortalecer a equidade, ou seja, diminuir a desigualdade social unindo todos através de uma educação de qualidade. Dentre as competências propostas pela BNCC para que



os discentes desenvolvam, destaca-se a comunicação. Ela pode ser desenvolvida na fase da alfabetização e é caracterizada como:

[...] explicar por meio de diferentes linguagens, fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais, valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais; argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam os direitos humanos, o acesso e a participação de todos sem discriminação de qualquer natureza e a consciência socioambiental. (BRASIL, 2017, p. 6).

O docente deve estar sempre em processo de formação. Defronte as diretrizes propostas pela BNCC, o professor tem a responsabilidade de elaborar metodologias diferenciadas. Simultaneamente, ele deve se habituar aos diferentes espaços escolares, sendo inevitável deparar-se com desafios constantes (TARDIF, 2002).

A formação docente continuada deve ocorrer como uma sequência natural após a formação inicial. De acordo com Gatti (2012), os docentes questionam a formação pedagógica inicial quanto à insuficiência de direção com relação às metodologias aplicadas na alfabetização. Sendo assim, as mudanças devem ser iniciadas a partir do processo de formação dos docentes, o que possibilitará mudanças significativas dentro das salas de aulas, pois um profissional instruído potencialmente teria mais segurança para o exercício da profissão.

O sucesso de ações para ensino-aprendizagem de crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental necessita de uma estrutura educacional organizada. Evita-se, desta forma, o desencanto por parte dos docentes e discentes. Segundo Bencini, Moraes e Minami (2006, p. 31), o cenário de educação pública pode ser representado da seguinte forma:

Encontramos crianças do Ensino Fundamental II que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador.

O cenário apresentado por Bencini, Moraes e Minami (2006) ainda é visto nos dias atuais e provoca em muitos professores a crença de que a experiência é o mais importante no exercício da docência. É comum que esses professores sejam, então, contrários à formação docente continuada, pois os desafios traçados dentro de um ambiente escolar são enfrentados com experiência e não com teoria segundo eles. Segundo Romanowski e Martins (2010), antigamente os professores dos Anos Iniciais não tinham formação adequada para exercer suas devidas funções, mas mesmo assim exerciam suas profissões e transmitiam conhecimento



através de suas experiências. Com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de capacitar esses docentes. Teve início, então, um processo longo de implantação de instituições de ensino com o objetivo de formar professores e, em 1939, foi criado o curso de Pedagogia. A preocupação do Estado era com o ensino primário, que deveria ser de qualidade e ministrado por docentes qualificados e capacitados (CASTRO, 2002).

Destaca-se no cenário educacional brasileiro a necessidade de uma formação docente continuada no âmbito da alfabetização. Assim como a educação foi se aperfeiçoando com o passar dos anos, hoje, numa sociedade tecnológica, o conhecimento sempre está em mudança. A sociedade vive em constante transformação e o sistema educacional deve seguir o mesmo ritmo (HENGUMÜHLE, 2008).

A formação docente continuada na alfabetização deve ser pensada como um direito e como uma necessidade, visto que o Governo Federal vale-se dessa Política Pública como uma estratégia para alfabetizar as crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) ofereceu aos docentes um curso de formação continuada sobre alfabetização. Havia um suporte didático-pedagógico, com o intuito de agregar mais conhecimentos aos que os professores já possuíam.

A formação continuada também serve como uma reflexão sobre as metodologias que são aplicadas pelos docentes dentro das salas de aula. É importante que os professores possam interagir uns com os outros, pois é benéfico o compartilhamento de experiências, acontecimentos, metodologias diferenciadas e resultados de ações e projetos aplicados nas escolas (VIANA, 2017).

A metodologia de “aprender e aprender” aplicada pelos docentes, segundo Duarte (2006), não pode ser caracterizada como uma aplicabilidade única da pedagogia, visto que as diretrizes da BNCC predizem que o aluno deve ter uma formação do seguinte modo:

[...] exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BRASIL, 2017, p. 5).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo permitiu compreender que o sistema educacional teve diversas mudanças com o passar dos anos, desde as primeiras escolas onde os docentes não tinham formação pedagógica, mas lecionavam através do pouco conhecimento. De fato, o que embasava o



trabalho desses profissionais era a experiência. Ainda hoje há professores que acreditam que a prática vale mais do que a teoria que também pode ser conhecida durante a formação continuada. Visto que o cenário da educação brasileira não teve grandes mudanças nos últimos anos, ainda são encontrados diversos problemas, principalmente na educação pública.

Devido a esse cenário, ainda há problemas educacionais advindos, em parte, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da alfabetização. Atualmente os avanços tecnológicos têm contribuído para uma sociedade em constante transformação e, assim, a educação deve seguir o mesmo rumo para corresponder às demandas atuais. A formação docente continuada é uma necessidade e um direito, não apenas do docente, mas também do discente. É ela que amplia as possibilidades de uma educação de qualidade, pois a experiência deve estar interligada a novos conhecimentos, então nada se exclui e, sim, se aprimora, atualiza e soma.

Diante das considerações realizadas neste estudo, foi notória a importância da formação continuada de professores para garantir a alfabetização dos discentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As políticas públicas de formação docente continuada podem, então, favorecer a construção de um repertório de ações contextualizadas e significativas.

## REFERÊNCIAS

BENCINI, R.; MORAES, T.; MINAMI, T. O desafio da qualidade não dá mais para esperar. **Nova Escola**, São Paulo, Ano 21, n. 1996, out. 2006.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CASTRO, M. G. B. **Uma retrospectiva da formação de professores: história e questionamentos**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/uma\\_retrospec\\_f orm\\_prof.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/uma_retrospec_f orm_prof.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

GATTI, B. Formação de professores e profissionalização: contribuições dos estudos publicados na RBEP entre 1998 e 2011. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234, p. 423-442, mai./ago. 2012.

GIRON, G. R. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania?. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 17-26, jun. 2008.



HENGEMÜHLE, A. **Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARIN, A. J. Propondo um novo paradigma para formar professores a partir das dificuldades e necessidades históricas nessa área. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores: tendências atuais.** São Carlos: EdUFSCar, 1996.

MELO, A. A. S. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e educação no Brasil e na Venezuela.** 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MONTEIRO, A. R. O pão do direito à educação. **Educação Social**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 763-789, set. 2003.

PERTUZATTI, I; DICKMANN, I. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 777-795, out./dez. 2019.

RODRIGUES, D. B. Educação continuada: analisando sentidos a partir de terminologias e concepções. In: ANPED/GT02. **Formação de Professores.** Anais 2004.

ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 285-300, mai./ago. 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002

VAL, M. G. C. O que é ser alfabetizado e letrado?. In: CARVALHO, M. A. F. (Org.). **Práticas de Leitura e Escrita.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VIANA, K. S. R. T. **A formação continuada de professores através do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC e sua contribuição para prática pedagógica docente.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Autónoma de Asunción, Asunción, 2017.